

Metodologias de Assessoria Técnica para a Transição Agroecológica de Agroecossistemas Familiares



M593 Metodologias da assessoria técnica para a transição agroecológica de agroecossistemas familiares / Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; texto: Jorge Roberto Tavares de Lima; organizadora: Maria Cristina Aureliano de Melo; colaboradores: Ana Dubeux... (et al.) - Recife: Centro Sabiá, 2012.
56 p. il.

Inclui bibliografia.

1. AGRICULTURA FAMILIAR - PERNAMBUCO. 2. ECOLOGIA AGRÍCOLA - PERNAMBUCO. 3. COMUNIDADE RURAL - PERNAMBUCO - ASSISTÊNCIA TÉCNICA. 4. COMUNIDADE RURAL - PERNAMBUCO - ASPECTOS SOCIAIS. 5. COMUNIDADE RURAL - PERNAMBUCO - ASPECTOS EDUCACIONAIS. 6. REFORMA AGRÁRIA - BRASIL. 7. MOVIMENTOS SOCIAIS - PERNAMBUCO. 8. POLÍTICAS PÚBLICAS. 9. PROGRAMAS DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA - BRASIL - ESTUDO DE CASO. I. Lima, Jorge Roberto Tavares de. II. Melo, Maria Cristina Aureliano de. III. Dubeux, Ana.

CDU 631
CDD 338.1

PeR - BPE 012-0409

Metodologias de Assessoria Técnica para a Transição Agroecológica de Agroecossistemas Familiares



Índice

Apresentação	03
1. O contexto atual de ATER no Brasil	05
2. Estudo de caso sobre o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).....	11
3. Metodologias de assessoria técnica pedagógica: aprendendo com as experiências.....	25
4. As Chamadas de ATER e a dimensão agroecológica.....	41
5. Proposições	51
6. Bibliografia	55

Apresentação

Este caderno é fruto do projeto Fortalecendo Alternativas de Sustentabilidade da Agroecologia na Mata Pernambucana, apoiado pelo Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), Chamada 05: Apoio a Projetos em Rede, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O PDA está voltado para a conformação de redes de aprendizagem e construção coletiva de conhecimentos que subsidiem o aprimoramento de políticas públicas destinadas a irradiar efeitos de projetos demonstrativos realizados na Mata Atlântica.

Em Pernambuco, o projeto teve como objetivo realizar um estudo de caso do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). Para tanto, foi feita uma parceria entre a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. O estudo buscou fortalecer o protagonismo e os processos de construção do conhecimento de agricultores e agricultoras familiares que hoje se articulam em torno da Rede de Agroecologia da Mata Atlântica (RAMA¹), bem como dar visibilidade às ações dessa rede.

Este caderno está organizado em cinco tópicos. O primeiro apresenta o contexto atual da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, com destaque para a criação da Política Nacional de ATER (PNATER) e a sua institucionalização através da Lei de ATER. No segundo, é feita uma síntese do estudo de caso sobre o Programa ATES. O terceiro tópico traz um conjunto de experiências de assessoria técnica e pedagógica, realizadas por organizações que atuam em diversas regiões do estado de Pernambuco que trabalham na perspectiva da transição agroecológica, como é o caso do Centro Sabiá, da Casa da Mulher do Nordeste (CMN) e do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA).

Em função das mudanças ocorridas em 2010, com a promulgação da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no quarto tópico é desenvolvida uma análise sobre as Chamadas Públicas de ATER. Por fim, são apresentadas algumas contribuições para a execução dos serviços de extensão rural e de assessoria técnica e pedagógica para o desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia. Estas contribuições são fruto da oficina de culminância do projeto Fortalecendo Alternativas de Sustentabilidade da Agroecologia na Mata Pernambucana, que contou com a participação dos/as assentados/as, professores/as e estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além de entidades executoras de ATER e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

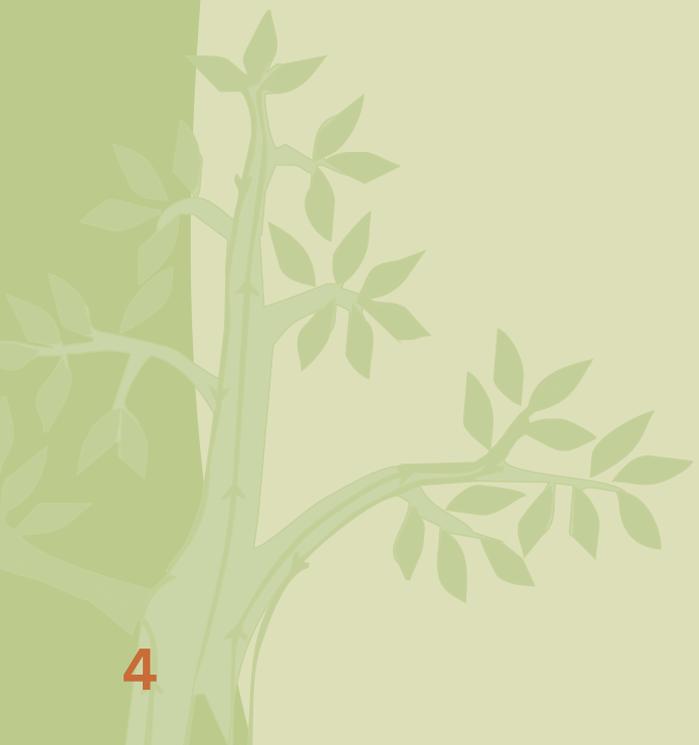
Gostaríamos de destacar que na construção deste caderno, contamos também com a importante e dedicada parceria do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), do Departamento de Educação da UFRPE.

Esperamos que esta publicação estimule um debate crítico sobre assessoria técnica e contribua para o aperfeiçoamento da política pública de ATER.

Boa leitura

Centro Sabiá e FASE

1. A Rede de Agroecologia da Mata Atlântica (RAMA), constituiu-se a partir da Comissão Agroecológica da Mata Sul (CAMS), criada em 2006 durante o processo de mobilização das organizações da Mata Sul de Pernambuco para a participação no II ENA (Encontro Nacional de Agroecologia). A RAMA articula organizações de agricultores/as e de assessoria que trabalham para o fortalecimento das iniciativas agroecológicas em curso na Região da Mata Atlântica de Pernambuco. As organizações da Rede estão presentes em 16 municípios da região (Abreu e Lima, Igarassu, Tracunhaém, Pombos, Rio Formoso, Ribeirão, Palmares, Sirinhaém, Tamarandé, Água Preta, Gameleira, Joaquim Nabuco, Cabo de Santo Agostinho, Maraial, Catende e Barreiros).



1. O contexto atual de ATER no Brasil





Há um relativo consenso de que, ao longo da década de 1990, o serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil sofreu um desmonte, especialmente em relação ao papel do Estado na coordenação do sistema nacional. Mesmo assim, os serviços de ATER sobreviveram em muitas regiões do país, seja por conta dos esforços de governos estaduais e municipais, seja ainda em função das experiências e esforços realizados por organizações do campo da sociedade civil. Neste último caso, convém citar a Rede PTA (ver box abaixo), uma associação voluntária de Organizações Não Governamentais (ONGs) que influenciou de forma marcante o debate sobre desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Na sua ação, formulou críticas contundentes à Revolução Verde e ao difusionismo (diretrizes metodológicas baseadas na difusão de tecnologias para modernizar a produção no campo). Em contrapartida, fez a defesa da agricultura alternativa, baseada no fortalecimento da agricultura familiar. Muitas ONGs que atuam para o desenvolvimento rural sustentável, como o Centro Sabiá e o Caatinga, cujas experiências estão descritas nesta publicação, surgiram no contexto da Rede PTA.

Trajetória da Rede PTA

A ideia de tecnologias alternativas surgiu no início da década de 1980, por meio do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), ligado à FASE, uma das mais antigas organizações não governamentais do Brasil. A trajetória do PTA e da Rede PTA, que seria estabelecida posteriormente em torno da concepção de tecnologias alternativas, pode ser dividida em três fases. Na primeira, entre 1983 e 1988, o PTA se caracterizou pelo levantamento e sistematização de tecnologias alternativas em todo o país. Já a segunda fase, em torno de 1989 a 1991, foi marcada pela reestruturação do PTA, transformação de várias equipes do projeto em organizações autônomas e formação de fóruns regionais. Vale ressaltar que nesse período a Rede PTA foi fortemente influenciada pelos conceitos da agroecologia, uma concepção advinda da publicação do livro de Miguel Altieri, *Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa*, editado nos Estados Unidos da América em 1987, que a própria Rede PTA traduziu em 1989. Esta influência, veio substituir, progressivamente, o conceito de tecnologias alternativas que norteava a Rede PTA. Por fim, houve a fase das dinâmicas regionais e do desenvolvimento local, vivenciada na década de 1990, na qual o PTA sofreu certa desestruturação interna. Entretanto, passou a ter novas formas de articulação política, especialmente no Nordeste, desencadeando outros processos sociais em redes como é o caso da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). (Ver TAVARES DE LIMA, 2011).

A partir de 2003, com a chegada ao poder de um governo alinhado aos anseios da sociedade civil, os serviços de ATER voltaram a ser alvo de um amplo debate público, no sentido de sua revitalização. A proposta da nova ATER buscava recuperar o papel do Estado nesse campo, mas também valorizar as experiências bem sucedidas de extensão rural pelo país, sejam governamentais ou não governamentais. Assim, a nova ATER nasceu a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de ATER baseados no difusionismo.

O texto-síntese da PNATER pode ser considerado como o resultado de um amplo processo de consulta às organizações, extensionistas e representações de agricultores. Dentre os pilares da nova ATER, destaca-se a definição dos **agricultores familiares como público prioritário** para a ação extensionista, além da **gratuidade e caráter público dos serviços**. Ressalte-se ainda a orientação das concepções da PNATER, baseada nos **métodos e nos princípios fundamentados na agroecologia** e em seus pressupostos.

Pouco a pouco, a PNATER foi sendo colocada em prática e recursos foram destinados aos serviços de ATER, com possibilidade de serem geridos tanto por entidades governamentais como pela sociedade civil, garantindo a sua viabilidade. Um processo educativo foi estruturado para formação de agentes extensionistas em todo o país. Diversos atores sociais, até então excluídos dos serviços de ATER, passaram a ter parte de suas demandas contempladas como os indígenas, as comunidades quilombolas, as mulheres agricultoras, os extrativistas, entre outros.



A assistência técnica gratuita para agricultores/as familiares precisa ser prioritária e contínua

No âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), foi criado o Comitê de ATER, que passou a assessorar o CONDRAF na implementação da PNATER e na formulação e proposição de outras políticas complementares, envolvendo ações de ATER, voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Apesar dos avanços em relação à PNATER, alguns problemas ainda perduravam no sentido de consolidar os serviços de extensão rural no Brasil, especialmente no que se refere à institucionalização dessa política. Nesta perspectiva, surgiu o Projeto de Lei nº 5.665 lançado pelo Governo Federal em março de 2009 e aprovado, posteriormente, pelo Congresso. Com esta Lei, esperava-se resolver o problema da descontinuidade das ações de assessoria junto às famílias agricultoras e, também, da burocracia no repasse de recursos quando estabelece as Chamadas Públicas como instrumento de financiamento, ao invés dos convênios. Estes dois problemas comprometiam a realização de serviços de ATER com a qualidade necessária.

A promulgação da Lei de ATER

Sancionada em janeiro de 2010, a Lei nº 12.188 - conhecida como Lei de ATER - é composta por 29 artigos, divididos em seis capítulos: (1) da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar² e Reforma Agrária (PNATER); (2) do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER); (3) do credenciamento das entidades executoras; (4) da contratação das entidades executoras; (5) do acompanhamento, controle, fiscalização e da avaliação dos resultados da execução do PRONATER; e (6) disposições finais (BRASIL, 2010a).

Merece destaque o segundo artigo desta Lei, que define a **ATER como um serviço de educação não formal, de caráter continuado**, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. A educação não formal, que se caracteriza por um processo sociopolítico de formação do indivíduo para interagir com o outro na sociedade, bem como por um processo pedagógico de formação para a cidadania, não é uma coisa nova no Brasil. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações e instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (para saber mais: GOHN, 2008). Ressalte-se, nesse aspecto, o resgate de uma dimensão amplamente reivindicada pelos movimentos sociais, de adoção de processos educativos libertadores. Havia uma crítica contundente em relação à forma unilateral da difusão do conhecimento, centrado basicamente em técnicas e tecnologias modernas para o aumento da produção, um processo educativo bancário que ampliava a dependência, conforme preconizava Paulo Freire.

Ainda de acordo com a Lei de ATER, estabeleceu-se o primado da adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Neste último caso, a inclusão da agricultura de base ecológica deveu-se à influência do debate em torno do conceito de agroecologia, presente desde o início da discussão sobre a revitalização dos serviços de ATER no Brasil, em 2003. A nova Lei, entretanto, excluiu a Agroecologia do conjunto das orientações. Devido à insistente reivindicação da sociedade civil, durante o período em que o Projeto de Lei esteve em tramitação na Câmara dos Deputados, incluiu-se como conceito o princípio da adoção da agricultura de base ecológica. Para alguns, este princípio não trata do paradigma agroecológico em sua amplitude conceitual, apenas orienta algo sobre o processo de produção. (para saber mais: CAPORAL, 2011). A respeito da dimensão científica da Agroecologia e sua relação com a extensão rural ver box na página seguinte.

2. Lei de Agricultura Familiar - Lei nº 11.326, de 24/07/2006. Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, definindo de forma clara esta categoria de agricultor. Isto permitirá posteriormente, por exemplo, que o IBGE faça um trabalho pioneiro de levantamento de dados censitários considerando a demarcação feita por lei, agregando informações deste segmento econômico brasileiro e revelando sua importância para o país. Em outro espaço iremos trabalhar sobre a diversidade e amplitude dessa agricultura familiar.

Agroecologia e Extensão Rural

Nesse novo enfoque extensionista, a Agroecologia deve ser entendida como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, avaliar e desenhar agroecossistemas sustentáveis, com o propósito de permitir a implementação de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural com maiores níveis de sustentabilidade a curto, médio e longo prazos. Por outro lado, e de um ponto de vista mais restrito, a Agroecologia fornece um novo instrumental aos extensionistas, na medida em que se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem no âmbito dos cultivos: relação predador/presa, competição cultivos/ervas invasoras, entre outros.

Isto traduz o enorme potencial de aplicação desse campo de conhecimentos para resolver questões tecnológicas na agricultura, favorecendo o desenho e a gestão de agroecossistemas sustentáveis. Assim entendida, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição para estilos de Agricultura Sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações: ecológica, orgânica, biodinâmica, agroecológica, regenerativa, baixos insumos externos, biológica, entre outras. Como ferramenta orientadora da intervenção extensionista, a Agroecologia aporta elementos para o manejo ecológico dos recursos naturais e apoio a processos de ação social coletiva, de caráter participativo. Além disso, fornece um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica, de forma que permite reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estancam seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, a dimensão local joga um papel central como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implementação de agriculturas alternativas potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. Reconhece-se, portanto, não só a importância da dimensão e do conhecimento locais senão que estes surgem como a base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento rural sustentável. (para saber mais: CAPORAL & COSTABEBER, 2004)

Em junho de 2010 foi promulgado o decreto de regulamentação da Lei (Decreto 7.215, de 15/06/2010), que em seu quinto artigo define a contratação de serviços de ATER por intermédio de Chamadas Públicas, onde organizações governamentais e não governamentais, com capacidade técnica, podem se candidatar para executar tais serviços. As chamadas, portanto, são mecanismos legais que passam a definir a localização geográfica, o público envolvido, os valores disponibilizados, enfim, as ações de ATER a serem executadas no país por diversas organizações.

2. Estudo de caso sobre o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)





Apresentação

O estudo de caso do Programa ATES foi realizado em cinco assentamentos de Reforma Agrária da Zona da Mata Pernambucana. Águas Claras, no município de Ribeirão; Amaraji, em Rio Formoso; São João da Prata, em Palmares; Nova Canaã, em Tracunhaém e em Chico Mendes, também conhecido como Ronda, em Pombos (ver mapa abaixo).



O objetivo do Estudo foi analisar o impacto do Programa ATES no desenvolvimento sustentável desses assentamentos, especialmente na adoção de práticas agroecológicas de produção e de preservação da biodiversidade, e sua contribuição para a preservação e recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal. Ressaltamos, entretanto, que o referido estudo não teve caráter avaliativo, buscou-se apenas observar a percepção dos três segmentos envolvidos no Programa: o gestor, no caso o INCRA, assentados/as e organizações de assistência técnica, procurando identificar questões que contribuíssem para o seu aprimoramento.

O que é o Programa ATES?

O Programa ATES foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2004. Sua concepção partiu da necessidade de um serviço de assistência técnica específico para os/as agricultores/as assentados/as, que desse suporte à execução dos projetos técnicos e que priorizasse a participação dos diferentes segmentos que compõem o assentamento. De acordo com o Manual Operacional do Programa, o seu objetivo é assessorar técnica, social e ambientalmente os projetos de assentamento reconhecidos pelo INCRA, tornando-os assim unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável.

É importante ressaltar que no decorrer do estudo a extensão rural passou por um processo de consolidação, tendo como elemento central a publicação da Lei de ATER, conforme já descrito no tópico anterior. Com isso, o próprio INCRA considerou a necessidade de uniformização de diretrizes quanto à operacionalização do Programa Nacional de ATER (PRONATER), no âmbito das Superintendências Regionais. Para tanto, levou em conta o imperativo das Chamadas Públicas definidas na nova lei, conforme a portaria nº 581, de 20 de dezembro de 2010.

Além disso, de acordo com o Artigo 5º da citada portaria, em função da necessidade de adequação dos termos, parâmetros e orientações vigentes ao PRONATER, algumas Normas de Execução (NE), foram revogadas, como as de números 71, 72 e 77.

Por fim, com relação ao Manual Operacional da ATER, aprovado pela NE nº 78, de outubro de 2010, ficaram mantidos apenas alguns pontos: o item 5.3, que trata das Instâncias de Execução Técnica; e os Anexos VII, VIII, IX e X, que tratam dos Roteiros Básicos para o Plano de Exploração Anual (PEA), o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) e o Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Os demais itens do Manual foram revogados pela referida portaria, com o objetivo de unificar os princípios e diretrizes da Lei de ATER.

Metodologia do Estudo



Técnicos/as realizaram oficinas de diagnóstico para coleta de informações

A metodologia aplicada no Estudo utilizou instrumentos de coleta de dados para pesquisa in loco, como questionários e visitas a campo para realização de entrevistas junto aos grupos de interesse do estudo, delimitados entre agricultores e agricultoras assentados/as, organizações de assessorias executoras dos serviços e os gestores do Programa e da Política de Reforma Agrária e Assessoria Técnica do Estado.

Etapas de construção do Estudo de Caso



Metodologia do estudo foi aprofundada durante oficina

O Estudo foi estruturado em diversas etapas, entre as quais destacamos as seguintes:

- levantamento dos dados secundários sobre o Programa ATES e sobre os assentamentos analisados.
- elaboração dos instrumentos de coleta de informações junto aos grupos que fizeram parte do estudo.
- realização de 39 entrevistas com os/as agricultores e agricultoras assentados/as de cinco assentamentos.
- entrevistas com empresas executoras de serviço de assessoria técnica³.
- entrevistas com técnicos/as e gestores/as do INCRA, do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (ITERPE)⁴ e Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).
- análise e debate com o grupo de pesquisadores sobre os resultados para uma interpretação coletiva dos dados.

Análise dos resultados

A apresentação dos resultados do estudo e das análises oriundas das entrevistas e oficinas realizadas está organizada por segmento participante (agricultores/as, empresas de assessoria e gestores) e por temática abordada. Optou-se por este formato para que a diversidade das percepções de cada grupo fosse evidenciada.

3. Entraram nessa etapa quatro instituições: Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária (Cooptecara); Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania (IATEC); Instituto Cidadania do Nordeste (ICN) e Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais (COOPAGEL).

4. Apesar do gestor do Programa ATES ser o INCRA, alguns assentamentos vinculados ao ITERPE receberam assessoria através do Programa, por meio de um convênio entre os dois institutos.

O olhar dos assentados e das assentadas



Comunidade contribuiu com informações e participação nas oficinas

Ao falar sobre a **relação estabelecida entre técnico/a e agricultor/a**, de modo geral, as respostas foram positivas, entretanto, qualitativamente vagas: “foi boa”; “não houve conflito”; “tratavam bem os/as agricultores/as”; “entendiam-se bem”; “relação tranquila”; “os técnicos faziam o que podiam”.

Dentre as impressões negativas (“não foi boa”; “não havia diálogo”), destacou-se o problema do número de técnicos/as para a prestação do serviço. As famílias consideraram o número insuficiente para realizar um acompanhamento adequado. Aliás, o próprio Manual Operacional de ATES (2004) preconizava que o número de técnicos/as deveria ser estabelecido em função de sua formação. Para o profissional de Ciências Agrárias, a proporção era de um técnico para 125 famílias. Já em relação aos profissionais da área de Ciências Sociais, Ambientais e Econômicas a relação era de um técnico para 500 famílias. Curiosamente, em nenhum dos assentamentos participantes do estudo foi identificado qualquer técnicos/as de outra formação que não a da área das Ciências Agrárias.



Seminário de devolução do estudo analisou informações coletadas junto às famílias

Com relação ao **tempo de trabalho** da equipe de assessoria, bem como ao tempo total de **permanência** desta no assentamento, este variou entre o início e o fim do Programa. O objetivo do estudo foi analisar um horizonte de até cinco anos, situando-se, de modo geral, no período compreendido entre 2004 e 2008. Todavia, por conta da presença de outras organizações executoras e de outros programas, algumas famílias se lembravam de períodos entre 2000 e 2009, fato este que gerou certa confusão quanto à identificação do programa ATES. As informações obtidas são de que, em três anos de execução do programa, a equipe esteve presente no assentamento, fazendo visitas, cursos e outras atividades, apenas por cinco meses.

Na realidade, a expectativa dos/as assentados/as era de que os profissionais dos serviços de assessoria técnica tivessem uma presença mais sistemática, de preferência todas as semanas, fazendo visitas individualmente às famílias em suas parcelas.

A constatação que se obteve, foi de um alto grau de insatisfação quanto a essa frequência. E a situação ficou grave quando surgiram informações de que alguns/mas agricultores/as, individualmente, foram favorecidos/as com a assessoria em detrimento de outras famílias, recebendo mais vezes a visita da/o técnica/o.



Este aspecto merece destaque devido ao fato de existirem outras formas alternativas de acompanhamento e assessoria aos/às agricultores/as. A Articulação Nacional de Agroecologia, através das várias organizações que utilizam a abordagem da agroecologia, tem desenvolvido, há muitos anos, metodologias de acompanhamento às famílias de agricultores/as agroecológicos/as que combinam um processo de formação com a valorização dos saberes tradicionais construídos e o desenvolvimento da autonomia destes atores. Tratam-se de processos de formação de agricultores/as experimentadores/as ou multiplicadores/as, que vêm sendo experimentados em todas as regiões do país. Estes processos oferecem a possibilidade de mulheres e homens agricultores/as cujos conhecimentos já foram experimentados largamente em suas propriedades e socializados com vizinhos/as da comunidade, estarem disponíveis para um número maior de agricultores/as de determinada comunidade, município ou território.

Vale ressaltar que, embora os/as agricultores/as entrevistados/as não tivessem conhecimento dos termos do convênio celebrado entre o INCRA e a instituição executora do serviço, eles/as tinham clareza das dificuldades que as instituições tiveram para executá-lo. Nas entrevistas, surgiram informações de que por diversas vezes os/as técnicos/as não podiam vir ao assentamento, devido aos atrasos no repasse de recursos para deslocamento e também de salários. Uma situação que levava as famílias a compreenderem os períodos de ausências dos/as técnicos/as.

Há, naturalmente, um processo educativo que precisa ser desenvolvido com essas agricultoras e esses agricultores, para que possam ser multiplicadores/as de conhecimentos para outras comunidades que necessitam desse apoio. Um processo que valoriza o saber tradicional camponês, promove trocas e intercâmbios de saberes e contribui para a construção da autonomia dos/as agricultores/as, além de minimizar o problema da necessidade de presença sistemática da assessoria técnica nas propriedades. Neste caderno, são apresentadas experiências de organizações como o Centro Sabiá, CAATINGA e Casa da Mulher do Nordeste, que trazem elementos sobre essa metodologia de assessoria técnica.

Quanto à **organização política**, foi inevitável perceber, por meio das informações levantadas, que a equipe técnica responsável pela assessoria desenvolveu pouca ou nenhuma ação de incentivo à organização da comunidade. O trabalho foi realizado com ênfase nos aspectos técnicos e ambientais do Programa. Isto nos leva a inferir sobre o grau insuficiente de conhecimento e habilidade para tal tema, por parte de técnicos/as com formação na área das Ciências Agrárias, assim como sobre a completa ausência de técnicos das Ciências Sociais e áreas afins nos processos de assessoria.

A **dimensão ambiental** talvez seja a que suscitou mais respostas por parte das famílias. A preservação do meio ambiente foi a tônica das conversas e das recomendações, mas pouca atividade prática foi desenvolvida. Aqui também se falou sobre a recomendação de defensivos naturais e sobre a poluição e os danos causados pelo uso de agrotóxicos. Em dois assentamentos, as famílias destacaram as recomendações do INCRA quanto à preservação das APP e área de Reserva Legal, assim como as penalidades caso haja descumprimento das leis.



Estudo mostra práticas agroecológicas realizadas por algumas famílias

Sobre as contribuições da equipe de assessoria para a **preservação e recuperação das Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente**, observou-se que o trabalho realizado nos cinco assentamentos, de forma geral, foi de caráter mais teórico. As ações práticas foram poucas. Segundo as famílias participantes do estudo, grande parte das informações enfatizou o caráter punitivo em face do descumprimento das leis de preservação, mais do que os benefícios para o meio ambiente, para suas famílias e a sociedade em geral. Um aspecto que pesa na ação da equipe técnica talvez seja a pouca clareza e definição sobre estes aspectos contidos no Manual Operacional do Serviço de ATES de 2004. O referido manual trata a questão ambiental de forma bastante generalista e apenas nos objetivos específicos do programa e nos indicadores de desempenho. Entre os objetivos destacamos: “contribuir para o desenvolvimento sustentável”; “promover a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de paradigmas, baseados nos princípios da Agricultura Familiar, como foco na Agroecologia...” Nos indicadores de desempenho há seis descritores e indicadores quantitativos que tratam sobre a dimensão ambiental.

Apesar disso, os agricultores e as agricultoras enumeraram uma série de práticas agroecológicas, algumas já desenvolvidas antes do Programa ATES, ou herdadas dos ascendentes, ou de outras assessorias que passaram pelo assentamento. São práticas que vão desde adubação orgânica e cobertura morta até a utilização de defensivos naturais e consórcios. Num dos assentamentos foi mencionada a prática de agrofloresta, produção de mudas e coleta de sementes e reflorestamento da propriedade.

Nos cinco assentamentos onde se desenvolveu o estudo, outras organizações de apoio, assessoria e luta pela terra, tiveram e têm presença constante. São instituições que dão grande contribuição para o desenvolvimento de técnicas e processos de preservação do meio ambiente, utilizando metodologias participativas e de envolvimento sistemático das famílias agricultoras, com discussões sobre Reforma Agrária, políticas públicas para a agroecologia, segurança alimentar e meio ambiente. Neste sentido, destacamos a presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Centro de Estudos e Ação Social (CEAS Rural); Centro Sabiá; FASE; Serviço de Tecnologias Alternativas (SERTA) e a UFRPE.

A percepção das organizações de assistência técnica



Repasses de recursos e adequação da prestação de serviços de assessoria foram avaliados

As executoras do Programa foram unânimes em relação aos valores dos **recursos repassados** pelo INCRA, afirmando serem insuficientes para a adequada prestação do serviço de assessoria nos moldes preconizados pelo Programa ATEs. Além da insuficiência dos valores, a irregularidade dos repasses foi outro entrave identificado pelas instituições, dificultando a execução do serviço conveniado. Elas avaliam que o processo de liberação dos recursos pelo INCRA, que compreende a análise do relatório e uma visita de campo para monitoramento e avaliação do serviço realizado, é muito demorado. Os atrasos implicaram na redução do quadro de técnicos/as das instituições comprometendo a regularidade da assessoria e a relação de confiança dos agricultores nos profissionais que recomençava a cada mudança.

Outra questão apontada como um grande entrave foi a falta de recursos para a **formação dos técnicos**. Esta é uma observação importante, visto que havia uma exigência no perfil do profissional a ser contratado, devendo este possuir formação em várias dimensões ligadas às questões ambientais e de sustentabilidade do sistema produtivo. Um perfil que não é encontrado facilmente na maioria dos profissionais da área de Ciências Agrárias e, tampouco, faz parte dos currículos dos cursos técnicos e universitários. Numa determinada situação, os recursos utilizados para a formação da equipe técnica foram oriundos da própria organização executora dos serviços.

Na realidade, a instrução normativa que regia o convênio não permitia a capacitação ou o nivelamento dos/as técnicos/as. O valor repassado às organizações executoras deveria ser utilizado unicamente para custeio e não para investimento. De acordo com a norma NE 39/04, o valor por família/ano era de R\$ 400,00 sendo R\$ 375,00 para serviços e R\$ 25,00 para contratação dos articuladores. Isso nos leva a supor que o Programa previa uma capacidade instalada nas organizações de que estas não dispunham.

Além disso, a maioria das executoras citou a burocracia vivenciada no cotidiano institucional como um obstáculo para a realização do serviço. Os trâmites de acesso aos recursos públicos para as executoras eram lentos, conforme dito, bem como para o investimento em **infraestrutura** para garantir a assessoria às famílias, dificultando a prestação do serviço.

No que diz respeito às **metodologias de trabalho** utilizadas pelas executoras dos serviços, percebeu-se que elas são diversas e vão desde a formação e preparação anterior ao trabalho, como um processo de imersão, com conteúdos teóricos e práticos, até o desenvolvimento de uma formação político-pedagógica mais geral. O próprio Manual Operacional usado na época não continha um capítulo específico sobre as recomendações metodológicas para o Programa, que se restringiam a um parágrafo nos objetivos específicos: "(...) promover a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de paradigmas baseados nos princípios da Agricultura Familiar, com foco na Agroecologia, Cooperação e Economia Popular Solidária". A inexistência de uma recomendação comum às executoras do serviço pode, por um lado, significar uma maior flexibilização, favorecendo a diversidade de estratégias utilizadas pelas organizações; mas, por outro, dá margem a metodologias diferenciadas e que podem não dialogar entre si, dificultando inclusive o processo de Planejamento e, principalmente, de monitoramento e avaliação do Programa como um todo.

Ainda sobre as questões metodológicas, não há qualquer menção aos papéis do/a técnico/a e do/a agricultor/a no processo de construção do conhecimento, o que leva a questionar se, de fato, o Programa investe numa construção coletiva, encarando o/a agricultor/a como sujeito desse processo pedagógico.

Os **impactos sociais** do Programa avaliados pelas organizações executoras são bem variados. Algumas afirmam que houve um maior envolvimento de jovens e mulheres, bem como o aumento do número de associações durante a execução do programa. Entretanto, consideram que uma análise destes impactos só seria possível no longo prazo.

Com relação aos **impactos ambientais**, segundo as executoras, pouca coisa poderia ser percebida. Dois aspectos justificam essa opinião. Em primeiro lugar, o serviço deveria ser entendido como um processo e, portanto, as famílias agricultoras precisariam de tempo para adotar tais práticas e ações sugeridas. Em segundo, eram ações que estavam previstas para um segundo momento do convênio, e não foi aprovada a segunda fase de execução dos serviços.

A visão do gestor do Programa

A pesar de terem sido feitas entrevistas com o órgão oficial de assessoria técnica do Estado, IPA e com o gestor da política agrária estadual, ITERPE, as informações que foram utilizadas para o estudo foram fornecidas, basicamente, pela Superintendência Regional do INCRA (SR 03), órgão responsável pela gestão do Programa no Território da Mata Sul, foco do estudo.

De acordo com o gestor, a forma de **contratação do Programa ATES** foi bastante simplificada. As organizações que estavam habilitadas a executar os serviços enviavam uma proposta com as atividades a serem desenvolvidas e os assentamentos onde estas ocorreriam. A partir das demandas de ATER postas pelas entidades e movimentos sociais atuantes na luta pela reforma agrária (MST, FETAPE, CPT, entre outros), o INCRA analisava e aprovava ou não a proposta. Em caso de aprovação, celebravam-se os convênios. Apesar de perceber que a proporção de técnicos nos convênios efetivados não era ideal, o gestor compreendia que o número disponibilizado atendia aos serviços demandados. Por outro lado, de acordo com o órgão, a **metodologia do trabalho** de assessoria e execução do Programa havia sido bem desenhada, de modo que não foi detectado nenhum problema de concepção metodológica por parte do gestor.

De maneira geral, vários **entraves institucionais para a execução do Programa** foram identificados: pouca capacitação da equipe do órgão para a celebração de convênios, frequentes mudanças nas equipes responsáveis pelo acompanhamento dos convênios celebrados e a falta de recursos para fiscalizá-los. Estes foram os aspectos mais citados no estudo.

Percebe-se, assim, que a rotatividade da equipe responsável pela execução do Programa no INCRA, assim como a precariedade da estrutura de acompanhamento são aspectos que denotam falta de prioridade e falhas no processo de planejamento para a execução de um programa dessa natureza. A nosso ver, não se trata de uma externalidade, mas de um problema inerente ao órgão e de responsabilidade do governo federal.

Ao mesmo tempo, identificava-se uma falha de concepção do Programa que era a não previsão/disponibilidade de recursos suficientes para a sua total execução. Desta forma, muitas vezes o Programa era paralisado por falta de recursos. Uma etapa fundamental para a análise de desempenho do Programa, que era a fiscalização dos convênios com as executoras, por exemplo, ficou comprometida. Ou seja, faltou planejamento para a execução do mesmo, contemplando um rigoroso processo de monitoramento e avaliação. Pergunta-se, enfim: o que significa fiscalização de convênio para o gestor? Como este componente dialoga com o acompanhamento das áreas onde os serviços são executados?

É bem verdade que na concepção do Programa havia a proposta de um processo avaliativo das organizações executoras dos serviços, visando, portanto, avaliar o seu desempenho. Esse processo funcionava da seguinte maneira: pelo convênio, as executoras elaboravam um plano de trabalho e metas. De posse do plano, o gestor iria a campo fazer avaliação da execução das atividades planejadas. Contudo, qualitativamente, o gestor declarou não conseguir, ou não dispor de meios que possibilitassem avaliar o processo de assessoria e assim contribuir com seu aperfeiçoamento.

Além disso, na concepção do Programa estava contemplada a **participação dos/as assentados/as e lideranças locais** no planejamento, monitoramento e avaliação. Porém, não foi isso que aconteceu, e os/as assentados/as foram representados/as pelas organizações contratadas para a execução dos serviços. Segundo o gestor, esse espaço foi usado apenas para discussão dos trâmites do convênio, como relatórios e liberação de recursos, sem comprometer o todo do programa. Fato é que o processo avaliativo e de monitoramento não foi capaz de reunir as famílias dos/as assentados/as, o que foi uma grande perda em termos da participação dos principais sujeitos do programa. A informação dada pelo gestor foi de que a infraestrutura que o órgão dispunha para a gestão do Programa, era insuficiente para possibilitar o acompanhamento: faltavam recursos, carros e pessoal. Ainda de acordo com o gestor, só recentemente o órgão está ampliando sua capacidade e infraestrutura, encontrando-se agora em um “bom patamar”. Espera-se que nos próximos serviços executados, tendo em vista a Lei de ATER, a avaliação e o acompanhamento sejam elementos plenamente integrados ao processo como um todo, sobretudo garantindo a participação efetiva dos/as assentados/as.

Quanto à **formação dos técnicos das executoras dos serviços**, a norma de execução do convênio não permitia capacitação de técnicos, conforme foi dito anteriormente. A justificativa era de que os mesmos já deveriam ser contratados com suas capacidades plenas, conforme as exigências determinadas no Manual Operacional de ATER, de 2004. Essa visão denota uma total falta de compreensão sobre os processos de formação continuada ou de aprimoramento das capacidades, recaindo em um grande prejuízo para a efetivação dos objetivos do Programa. Apesar disto, o gestor destacou, entre outras questões, a necessidade da formação técnica ser também desenvolvida ou aprimorada pelo INCRA, bem como as habilidades e competências dos profissionais envolvidos no Programa, mas não colocou nenhuma ação ou proposta neste sentido. Sugere-se que nas futuras Chamadas Públicas de ATER a serem publicadas pelo INCRA a capacitação dos técnicos seja considerada, garantindo-se recursos para a sua realização.

Enfim, apesar de todas as críticas de parte dos/as assentados/as, executoras de serviços e organizações da sociedade civil, o Programa ATER propõe uma outra formatação metodológica de assistência técnica e extensão rural; mostra-se preocupado em garantir a participação dos atores envolvidos nos processos de gestão das políticas públicas voltadas ao meio rural; todavia, ainda encontra dificuldades de operacionalização para superar seus desafios.

No contexto da Nova Lei de ATER e das primeiras Chamadas Públicas de ATER realizadas, avalia-se que as reflexões pontuadas neste estudo podem ajudar na adequação das futuras Chamadas Públicas do INCRA à realidade dos assentamentos do Território da Mata Sul, bem como de todo o estado de Pernambuco. Espera-se que essas reflexões contribuam para estruturar um serviço público de ATER de qualidade, comprometido com o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica, produtora de alimentos saudáveis, geradora de renda para as famílias agricultoras e capaz de recuperar e preservar a agrobiodiversidade da Mata Atlântica e de outros Biomas.



3. Metodologias de assessoria técnica pedagógica: aprendendo com as experiências





Com o objetivo de estabelecer um diálogo com diferentes instituições que prestam assessoria técnica na perspectiva do fortalecimento de alternativas de sustentabilidade via a adoção da agroecologia, apresentamos as experiências do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Casa da Mulher do Nordeste (CMN) e Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA).

Cabe destacar que embora tais instituições não tenham atuado diretamente na execução do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), elas têm em seus históricos uma ação voltada para o fortalecimento das práticas agroecológicas em diferentes regiões do estado de Pernambuco. Destacam-se, em cada experiência, algumas questões trazidas à tona pela pesquisa sintetizada na primeira parte do caderno, em especial as abordagens metodológicas da assessoria técnica.



As experiências contribuem para observar as metodologias de assessoria

Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
AGROECOLÓGICO

O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Juridicamente é uma associação civil de direito privado sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional.

Sua missão institucional é **“Plantar mais vida para um mundo melhor, desenvolvendo a agricultura familiar agroecológica e a cidadania”**. Com essa missão, o Centro Sabiá atua na assessoria técnica pedagógica para a transição agroecológica. Nesta perspectiva, desenvolve ações nas áreas de agricultura agroflorestal, beneficiamento e comercialização da produção, convivência com o Semiárido, recuperação ambiental e educação ambiental. Possui também o olhar voltado para o fortalecimento da juventude e das mulheres na agricultura familiar. Participa, ainda, em redes e espaços de construção de políticas públicas.

Em sua prática de assessoria, o Centro Sabiá adota um conjunto de princípios sintetizados a seguir.

- 1) Participação plena dos/as agricultores/as em todas as decisões. O Centro Sabiá entende que todas as decisões sobre o agroecossistema familiar devem ser tomadas pelo/a agricultor/a e sua família. O que plantar, o que criar, que insumos utilizar, onde comercializar, tudo isso deve ser fruto de um planejamento participativo onde a família agricultora de forma autônoma toma as suas decisões.
- 2) A adesão à assessoria técnica do Centro Sabiá pela família é voluntária, ou seja, as famílias agricultoras são livres para decidir se querem ou não a assessoria do SABIÁ que preconiza a transição agroecológica.
- 3) Respeito aos conhecimentos dos agricultores e das agricultoras e às culturas locais. O Centro Sabiá trabalha com o conceito de construção coletiva do conhecimento que parte do conhecimento tradicional dos agricultores e das agricultoras sobre os seus agroecossistemas e a partir daí busca fazer reflexões sobre os problemas identificados e a construção coletiva de soluções.
- 4) Leitura crítica e contextualizada da realidade local, como base para a intervenção nas comunidades. Isso significa questionar visões preconceituosas e de que a realidade é imutável, pois somos todos sujeitos de mudanças. Isso diz respeito tanto às relações com a natureza como às relações de gênero. Um exemplo são os momentos de planejamento de propriedade, que são espaços estratégicos para problematizar o uso de insumos agroquímicos, que trazem impactos ao meio ambiente, na economia e saúde das famílias; bem como a forma desigual como é tratado o trabalho, a apropriação da renda e a representação política de homens e de mulheres na família e na comunidade.



A produção de mudas é estratégica para implantação de SAFs

- 5) O conhecimento sobre a agroecologia é construído com as famílias agricultoras a partir da experimentação, sistematização e reflexão. A sistematização dos saberes e práticas ecológicas tradicionais da agricultura camponesa foi o que subsidiou, desde o início da ação do Centro Sabiá, os processos de experimentação e intercâmbio entre agricultores/as. Estes intercâmbios estimulam os/as agricultores/as a “experimentar” em seus agroecossistemas as metodologias, tecnologias e práticas de manejo agroecológicas. A reflexão e sistematização desta experiência, com os seus erros e acertos, agrega novos conhecimentos, ampliando e dando movimento a este contínuo processo de construção coletiva.
- 6) A agrofloresta é tida como método e estratégia para construção de uma agricultura de base agroecológica que produza alimentos e gere renda de forma sustentável, garantindo a autonomia da família. A agrofloresta enquanto método significa ter a natureza como modelo a ser “imitado” e adotar os princípios da agrofloresta como referência para o trabalho na agricultura. Ter a agrofloresta como estratégia significa entendê-la enquanto um sistema produtivo que inclui a família e os/as consumidores/as, pois é a articulação do processo produtivo, de beneficiamento dos produtos e de acesso a mercados diversos que garante a sustentabilidade e autonomia da família e do sistema.
- 7) Multiplicação de conhecimentos de agricultor/a a agricultor/a, subvertendo a lógica da extensão rural difusionista, onde o/a técnico/a detém o conhecimento e os/as agricultores/as apenas recebem. O Centro Sabiá investe na formação de jovens agricultores/as multiplicadores/as e na realização de intercâmbios de saberes como forma de disseminar o conhecimento agroecológico e motivar processo de transição dos sistemas de produção para agroecologia.

Agrofloresta

A agrofloresta é um sistema de produção que imita o que a natureza faz. Deixa o solo sempre coberto pela vegetação e muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras sem problemas com “pragas” ou “doenças”, sem causar erosão e dispensando o uso de venenos (SOUZA, 2008).



Agrofloresta garante produção para alimentar a família e gerar renda

Metodologia do Centro Sabiá - passo a passo

Uma importante ferramenta pedagógica da capacitação das famílias agricultoras, membros de associações comunitárias e grupos de jovens e de mulheres é a Assessoria Técnica Pedagógica (ATP). Esta assessoria consiste na ação presencial de técnicos e técnicas junto a este público para trabalhar conteúdos teóricos, práticas de trabalho e inovações metodológicas que contribuam para melhorar a produção de alimentos e de produtos agrícolas e pecuários por este público.

A seguir encontra-se a sequência do itinerário metodológico que o Sabiá elegeram para si, coletivamente, e que vem ajustando e adaptando enquanto método de intervenção no processo de formação.



Feiras Agroecológicas: gerando renda e levando alimento saudável para a cidade

- O **Planejamento do Agroecossistema** é realizado com base em alguns critérios estabelecidos, como: ser conduzido de forma participativa; conter um calendário agrícola; refletir a realidade da família; discutir e problematizar a divisão do trabalho; constituir-se em um projeto de mudanças para a família. Durante o planejamento são utilizados alguns instrumentos metodológicos que facilitam a apropriação e participação dos agricultores/as, como: o mapa da propriedade (desenho que demonstra o que existe no agroecossistema e ajuda na definição do que se planeja para o futuro); o diagrama de fluxos (onde é possível entender as interrelações entre os subsistemas e os fluxos de energia e matéria); a ficha de planejamento (onde são registradas as atividades priorizadas pela família durante o ano para serem acompanhadas) e o calendário de atividades.
- A etapa metodológica denominada de **Assessoria Técnica Permanente (ATP)** inicia-se com o Planejamento do Agroecossistema e, por sua vez, subsidiará a preparação de elementos técnicos e metodológicos para as outras etapas. Esse exercício permite uma reflexão sobre a prática das equipes, que são submetidas a capacitações específicas quando necessário.
- A **ação pedagógica em si** utiliza uma abordagem problematizadora, estimulando a compreensão do contexto social e político em que estão inseridas as famílias e a criatividade. Visando corrigir rumos no processo, dedica-se importância particular ao monitoramento permanente das ações planejadas o que contribui, sobremaneira, para a reflexão sobre as possibilidades de mudanças, em diferentes contextos.

- **A prática do registro e da sistematização** se dá a partir da realização de jornadas com esse fim, que funcionam como espaços coletivos de construção de materiais pedagógicos. Além disso, prima-se para que haja, por parte das famílias, a apropriação das informações geradas, seja em momentos de devolução de tais informações ou na checagem das mesmas. Neste contexto, a visualização das experiências tem um papel fundamental e vem sendo trabalhada a partir da elaboração de diferentes materiais impressos ou audiovisuais.
- Um conjunto de **dinâmicas coletivas** realizadas no âmbito da ATP visa estimular o diálogo entre as famílias, na perspectiva de construção de redes de relações locais e territoriais, bem como de práticas solidárias, a exemplo, dos mutirões. Internamente, nas equipes técnicas, adota-se como dinâmica coletiva os momentos de reflexões sobre a prática do trabalho de assessoria, que majoritariamente, têm acontecido nas atividades de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

Convém destacar que para trabalhar com ATP, nas diferentes etapas apresentadas, a **formação continuada dos/as técnicos/as** torna-se fundamental. Compreende-se que essa formação ocorre, pelo menos, de três maneiras: nos estágios de vivência que acontecem como um rito de entrada na instituição, nos quais se aproximam das realidades concretas das comunidades rurais; no próprio trabalho, a partir do acúmulo de experiências cotidianas; e nos processos de auto-formação, nos quais se reflete sobre o lugar dos sujeitos e suas práticas no mundo.

Casa da Mulher do Nordeste (CMN)



A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista, fundada em 1980, localizada em Pernambuco, que atua a partir de dois escritórios, sendo um na capital do Estado, Recife, e outro na cidade de Afogados da Ingazeira, Região do Sertão do Pajeú pernambucano. Sua missão é o empoderamento econômico e político das mulheres, tendo como base o feminismo. Para tanto, prima pelos valores da igualdade de gênero e raça, da sustentabilidade ambiental, da solidariedade, da democracia, da justiça social, da cidadania, da transparência, do respeito à diversidade e à ética.

Assim, a CMN tem como público as mulheres agricultoras, artesãs, lideranças políticas e militantes feministas, numa área de atuação que envolve os estados do Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Bahia, através da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. Entretanto, é em Pernambuco que realiza ações diretas no espaço urbano (Recife, Paulista, Camaragibe e Olinda) e rural (em dez municípios do Sertão do Pajeú).

Atualmente a CMN desenvolve duas linhas programáticas:

- **Gênero e Economia** - Objetiva fortalecer a capacidade produtiva, a participação política e a auto-organização das mulheres, tendo como perspectiva o Feminismo, a Economia Solidária e a Ação em Rede.
- **Mulher e Vida Rural** - Objetiva fortalecer a capacidade produtiva, a participação política e auto-organização das mulheres nos espaços rurais através da construção de conhecimentos agroecológicos e da ação em rede.

Em tais programas, destacam-se três linhas estratégicas: 1) formação econômica e política das mulheres; 2) assessoria técnica e social emancipadora; e 3) fortalecimento da auto-organização e da participação política das mulheres.

Toda a atuação da Casa da Mulher objetiva contribuir para a transformação da sociedade através do enfrentamento das desigualdades de gênero, raça, classe e etnia. Dessa forma, trabalha para fortalecer a organização produtiva das mulheres; ampliar a sua representação política nos espaços de decisão; estimular e apoiar a sua ação propositiva e de controle das políticas públicas; garantir os seus direitos humanos e cidadãos.

Tal objetivo defronta-se com as desigualdades de gênero na agricultura familiar, onde predominam os domínios do patriarcado e o trabalho feminino é considerado invisível, constituindo-se na categoria “ajuda”.

Para enfrentar tal situação, a CMN propõe uma metodologia que prima pelo planejamento participativo das ações, pela construção coletiva dos conhecimentos e, obviamente, pelo estímulo à auto-organização das mulheres. Tais proposições metodológicas foram se consolidando através de reuniões, oficinas, visitas às propriedades e conversas informais, com as mulheres agricultoras, principais sujeitos do Programa Mulher e Vida Rural.

Metodologia da CMN - passo a passo



Mulheres na produção Agroecológica, no Sertão do Pajeú - Pernambuco

Inicialmente pretendia-se responder às questões agrárias e agrícolas relacionadas com a falta de acesso à terra e de autonomia nas decisões sobre as atividades produtivas. Assim, a proposta surgiu com o objetivo de potencializar a produção agroecológica ao redor de casa.

Em áreas de aproximadamente meio hectare, as mulheres protagonizam sua ação, com base nos princípios da agroecologia e do feminismo, utilizando metodologias participativas, a partir da construção coletiva do conhecimento por meio da colaboração da assessoria técnica e das agricultoras.

Nesse contexto, visava-se potencializar a diversificação da produção (criação de pequenos animais, cultivos de hortaliças, frutíferas e conservação de forragem); bem como, contribuir para elevação da autoestima das mulheres.

A princípio, a produção de alimentos tinha como finalidade a garantia da segurança alimentar e nutricional da família. Em seguida, buscou-se melhorar o acesso das mulheres às feiras agroecológicas, garantindo a comercialização dos excedentes, melhoria da autoestima das mulheres e visibilização do seu trabalho.

Tal metodologia objetiva o empoderamento das mulheres através da construção do conhecimento, da autonomia no planejamento da produção e na comercialização, por meio da difusão de práticas e tecnologias de convivência com o semiárido: uso de biofertilizantes, defensivos naturais, sistemas de cultivos diversificados, utilização racional da água e criação de pequenos e médios animais.

Como principais lições apreendidas nesta experiência de assessoria agroecológica a CMN aponta:

- as mulheres em condições de reorganização do trabalho doméstico e a redistribuição das tarefas com os demais membros da família;
- a importância do envolvimento dos companheiros no processo, garantindo relações equânimes;
- as mulheres como multiplicadoras no processo das experiências produtivas;
- a autonomia econômica das mulheres como elemento importante para o empoderamento.

Os depoimentos coletados em diferentes oficinas consubstanciam estas lições:

“Ser mulher agroecológica, atrizes de nós mesmas, é melhor que ser só dona de casa. Sempre trabalhei muito, mas nunca fui reconhecida e nem valorizada como dona de casa. Hoje sou reconhecida como produtora do grupo de mulheres xique-xique.” (Vilzoneide Marques – Comunidade de Monte Alegre – Afogados da Ingazeira/PE).

“Hoje tenho autonomia. Tenho meu próprio dinheiro, dou o quanto de ração que quiser para minhas galinhas. Quero que todas as mulheres da minha comunidade tenha acesso e reconhecimento que tenho hoje. Me sinto importante e valorizada.” (Terezinha – Comunidade São Miguel - São José do Egito/PE).



Rede de Mulheres Produtoras – produção de artesanatos

Cabe ressaltar ainda, na atuação da CMN, enquanto aspecto metodológico, a ação em rede, representando uma ação de fortalecimento da auto-organização das mulheres. Nesse sentido, é possível destacar a Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste e as redes locais do Pajeú e do Recife e Região Metropolitana. Outro elemento metodológico relevante na assessoria técnica realizada pela CMN é considerar o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres no contexto do planejamento do agroecossistema, evidenciando a sua importância tanto quanto a do trabalho produtivo realizado pelo coletivo da família. Esta abordagem serve como caminho para efetivamente inserir e valorizar o trabalho das mulheres no planejamento do agroecossistema familiar.

Enfim, apesar dos avanços, um conjunto de desafios está colocado em relação às práticas da Casa da Mulher: o enfrentamento, ainda necessário, ao patriarcado; a desconstrução da divisão sexual do trabalho; o reconhecimento da agroecologia, de que a unidade familiar é um lugar de conflitos entre homens e mulheres; o compromisso da assessoria técnica em visibilizar e valorizar o trabalho das mulheres; e a garantia do acesso aos recursos e riquezas produzidos pela família.

Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais (CAATINGA)



CAATINGA se define como uma instituição que tem uma vida dedicada às famílias agricultoras do Sertão nordestino, promovendo a Agroecologia como forma de garantir o bem estar das pessoas. Esse é o papel institucional dessa organização não governamental que tem sua ação direcionada para o desenvolvimento humano e

sustentável de famílias agricultoras do semiárido brasileiro, desenvolvendo projetos que contribuam para a sustentabilidade dos agroecossistemas locais e de educação agroecológica em parceria com agências internacionais e com programas de Governo.

Antes de se tornar instituição autônoma (em dezembro de 1988), o CAATINGA funcionava como Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTA-O), numa ação ligada ao Projeto Tecnologias Alternativas da FASE (Rede PTA). Em 2006, o Centro foi reconhecido como instituição de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Atualmente, a entidade atua em 11 municípios da região do Sertão do Araripe, em Pernambuco, incluindo o município de Parnamirim no Sertão Central. De forma indireta, sua ação se estende a todo o Semiárido Brasileiro, através da participação em articulações e foruns e a Agroecologia é base de todo o trabalho.

Com a missão de construir uma proposta de intervenção de educação e desenvolvimento agroecológico, que possa servir de referencial para as políticas públicas voltadas para a Região Semiárida Brasileira, o CAATINGA tem os seguintes objetivos:

- contribuir para a construção e implementação de um modelo alternativo de desenvolvimento que seja socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável, garanta acesso a direitos humanos básicos (alimentação, saúde, educação) e considere gênero/geração, enraizado na participação democrática de todos/as os/as envolvidos/as;
- contribuir para a elaboração de políticas públicas que sejam apropriadas à situação econômica, social e ambiental da região semiárida, que levem em consideração as necessidades de homens e mulheres, crianças e jovens, trabalhando conjuntamente com outras ONGs e movimentos sociais para a implementação dessas políticas;
- contribuir para reforçar a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, combinando ações gerais no âmbito nacional e internacional com ações nos espaços municipal e microrregional.

Atualmente, o CAATINGA está desenvolvendo três programas: Programa de Desenvolvimento e Inovação Institucional (PDII); Programa de Construção do Conhecimento Agroecológico para a Convivência com o Semiárido (PCASA); e Programa de Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (PDRPP).



Feiras Agroecológicas: um dos espaços de acesso a mercado para famílias agricultoras

O Programa de Desenvolvimento e Inovação Institucional foi criado com o objetivo de organizar e propor as ações de fortalecimento institucional do CAATINGA. Entende-se como fortalecimento a capacidade da instituição de mobilizar recursos, gerir bem seus recursos humanos e dar visibilidade a suas ações técnicas, metodológicas e políticas, de forma a proporcionar sustentabilidade institucional que será medida pela capacidade de se manter funcionando e desempenhando seu papel social, a médio e longo prazos.

No PDII, destaca-se o eixo estratégico de “Desenvolvimento de Capacidades”, no qual a preocupação central é a formação e a capacitação interna, seja mobilizando energias internas ou fatores externos à instituição, pessoas e/ou organizações capazes de desenvolver e implementar propostas de capacitação que permitam à equipe fazer bem, e de forma eficiente, o seu trabalho. Neste caso desempenham um importante papel as organizações parceiras mais próximas, pelas possibilidades concretas de intercâmbio de conhecimento criadas e exercitadas entre elas. O envolvimento de pessoas em eventos de redes e outras organizações também contam como possibilidades de capacitação.

O desenvolvimento de capacidades levará em conta as habilidades e interesses pessoais de cada funcionário. Entretanto, considerará como prioridade as necessidades do próprio CAATINGA, tendo nestas os motivos para a manutenção ou renovação do quadro técnico independentemente da área temática à qual se encontra ligado. Este procedimento é de extrema relevância já que os objetivos e metas a serem perseguidos são aqueles definidos institucionalmente. Cada pessoa que trabalha para o CAATINGA deverá ser apta a cumprir com as tarefas que lhe forem confiadas institucionalmente independentemente do cargo ou função que exerça.

Os programas PCASA e PDRPP serão abordados durante a descrição da metodologia de trabalho do CAATINGA.

Metodologia do CAATINGA - passo a passo



Cisterna de placas: uma tecnologia necessária para estocar água no Semiárido

O PCASA desenvolve cinco linhas de ação, a saber: 1) sistemas de produção agroecológicos; 2) recursos hídricos; 3) financiamento da transição agroecológica; 4) acesso a mercados; e 5) meio ambiente.

Na linha dos sistemas de produção agroecológicos, o PCASA atua a partir do pressuposto de que os agricultores têm grande capacidade de inovar nas práticas agrícolas de forma a tornar seus sistemas produtivos mais eficientes. Tal pressuposto estimula o espírito inovador e tem o agricultor como sujeito do processo de construção do conhecimento.

Uma estratégia considerada importante pelo PCASA é o resgate e manejo da agrobiodiversidade de forma sustentável. Esta prática se expressa, por exemplo, nos estoques de sementes e forragem, ou ainda, na adoção de práticas sustentáveis de manejo da caatinga. Nessa perspectiva realiza: treinamentos práticos, reuniões, cursos, visitas, intercâmbios, que visam (re)construir conhecimentos, com o objetivo de potencializar tais sistemas.

Para pensar os recursos hídricos, o PCASA parte do pressuposto de que os agricultores adaptam às suas condições as propostas vindas de contextos externos. Assim, investi-se no aumento da capacidade de estocagem de água nos agroecossistemas familiares incentivando o uso de barragens subterrâneas, cisternas, barreiros lonados, dentre outras tecnologias; e buscam-se diferentes articulações visando influenciar nas políticas públicas para universalizar o acesso à água.

Na linha de Financiamento da Transição Agroecológica, o PCASA articula princípios da Economia Solidária, incentivando o Sistema de Crédito Agroecológico e Solidário e busca influenciar no sistema de crédito oficial propondo adequações ao perfil das famílias agricultoras do semiárido.

No que diz respeito ao acesso aos mercados, o PCASA trabalha com o incentivo à participação/organização em feiras agroecológicas; às estratégias de vendas comunitárias e, mais recentemente, ao acesso aos mercados institucionais, com destaque para o PAA e o PNAE⁵.

A questão da preservação ambiental enfoca a caatinga como bioma e discute sua preservação e problemas que preocupam a região, como é o caso da desertificação.

Já o PDRPP enfatiza três linhas de trabalho: 1) fortalecimento dos atores sociais locais; 2) desenvolvimento territorial; e 3) desertificação e mudanças climáticas.

Na linha do fortalecimento dos atores sociais locais, o PDRPP estimula os processos sociais coletivos, partindo do pressuposto de que os agricultores possuem grande eficácia coletiva para a solução de seus problemas. Assim, foca sua atuação buscando potencializar o desenvolvimento das capacidades para o controle social das políticas públicas e a gestão interna das organizações sociais (associações, grupos, cooperativas, dentre outras).

No campo do desenvolvimento territorial, o CAATINGA colabora ativamente nas análises de conjuntura sobre o território do Araripe, participando intensamente dos espaços públicos de gestão de políticas, a exemplo, do Fórum Territorial do Araripe (FOTEAR).

No tocante à desertificação e às mudanças climáticas, o CAATINGA participou desde a realização da Conferência das Partes para o Combate à Desertificação, da Construção do Plano Nacional de Combate à Desertificação e do respectivo Plano Estadual. Esta prática tem oportunizado o envolvimento num conjunto de palestras e debates qualificando a atuação da entidade nessa área.

Enfim, o CAATINGA está contribuindo com outro modo de vida no semiárido brasileiro, no qual as famílias agricultoras, através de uma educação contextualizada, fundada nos princípios da agroecologia, são as protagonistas desse novo “abrir porteiros”. Nessa perspectiva, ganha fundamental importância o papel dos Agentes Promotores da Agroecologia - APAs⁶.

Educação contextualizada

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que as instituições de ensino adaptem conteúdos curriculares e metodologias aplicadas às reais necessidades e interesses dos estudantes e às peculiaridades da região.

Segundo a secretária executiva da Rede de Educadores do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), Vera Carneiro “A educação contextualizada voltada para as escolas do Semiárido brasileiro é aquela que tem um currículo que trabalha elementos do contexto em que as crianças e suas famílias vivem.

Por exemplo, se numa comunidade as famílias não têm acesso à água, ou tem acesso a uma água contaminada, os professores vão buscar discutir em algumas disciplinas, esse contexto. Então a escola, ao invés de trabalhar os conteúdos de forma distante da realidade dos alunos, traz a realidade para dentro da sala de aula”.

Disponível em:

<http://7enconasa.wordpress.com/tag/educacao-contextualizada/>

5. Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, ambos do Governo Federal, executados em parceria com estados e municípios, com uma forte atuação da sociedade civil organizada.

6. Os Agentes Promotores de Agroecologia são jovens de ambos os sexos, filhos (as) de famílias agricultoras, residentes nas comunidades rurais. A atribuição de um agente no sistema é acompanhar trinta famílias agricultoras em suas próprias comunidades e em comunidades vizinhas.



4. As chamadas de ATER e a dimensão agroecológica

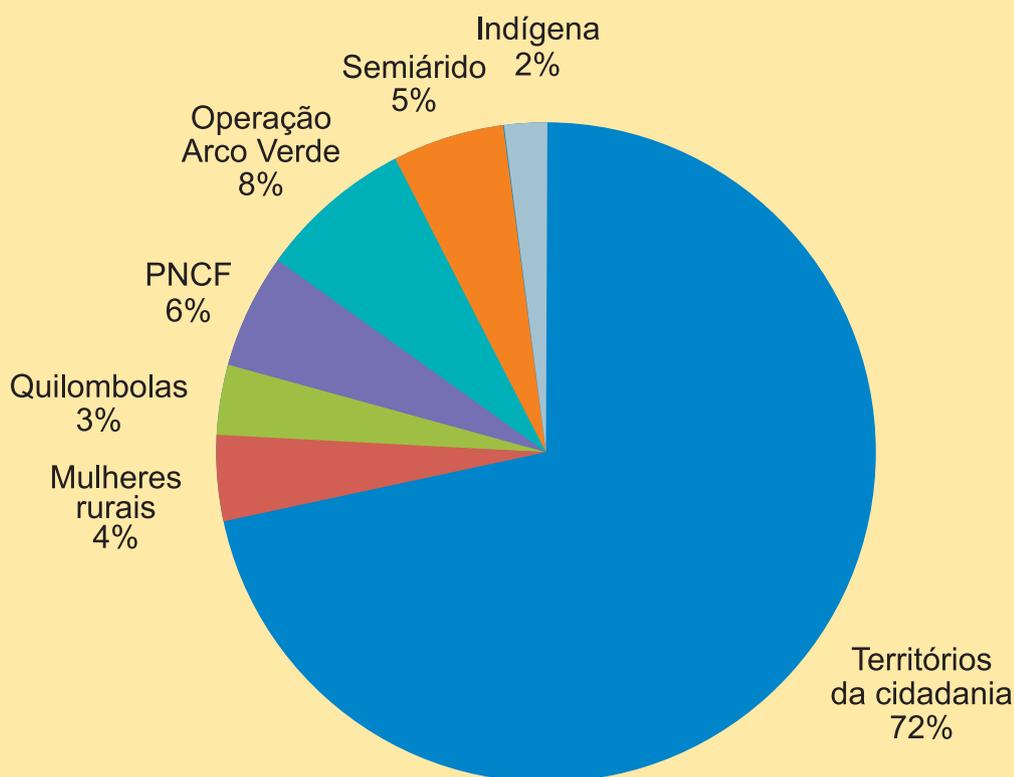




Ao longo do ano 2010, foram publicadas 155 chamadas pelo MDA⁷. Destas, foram analisadas apenas 148, sobre as quais foram desenvolvidas algumas reflexões.

- 1) **Quanto ao público beneficiário**, a previsão de beneficiários era de aproximadamente 300 mil agricultoras e agricultores familiares, ou seja, cerca de 7 % dos 4 milhões e 200 mil estabelecimentos agropecuários familiares existentes no Brasil, de acordo com o censo 2006 do IBGE. Vale lembrar que no texto da PNATER (de 2004) declarava-se a universalização dos serviços de extensão rural. Se esse princípio permanece válido ainda hoje, parece longe de cumprir esse ideal no ritmo de publicação de chamadas.
- 2) **Quanto aos recursos previstos**, a previsão nas chamadas para 2010 era da ordem de 300 milhões de reais. Tendo em vista que a maioria das chamadas foi publicada no final do ano (no mês de outubro foram 98 chamadas, ou seja, 63% do total), os recursos de 2010 só começaram a ser acessados no ano de 2011, partindo do pressuposto de que todas as chamadas foram contratadas em 2011 (o quê de fato não ocorreu). Em função do público beneficiário e do volume de recursos previstos, a média de recursos por beneficiário era de aproximadamente mil reais por ano.
- 3) **Quanto à direcionamento (espaços/públicos)**, as chamadas foram dirigidas aos territórios da cidadania - 106 chamadas; aos municípios da Operação Arco Verde - 11; aos municípios do Semiárido - 08; os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - 09; às Mulheres Rurais - 6; às Comunidades Quilombolas - 5; e aos Indígenas - 3.

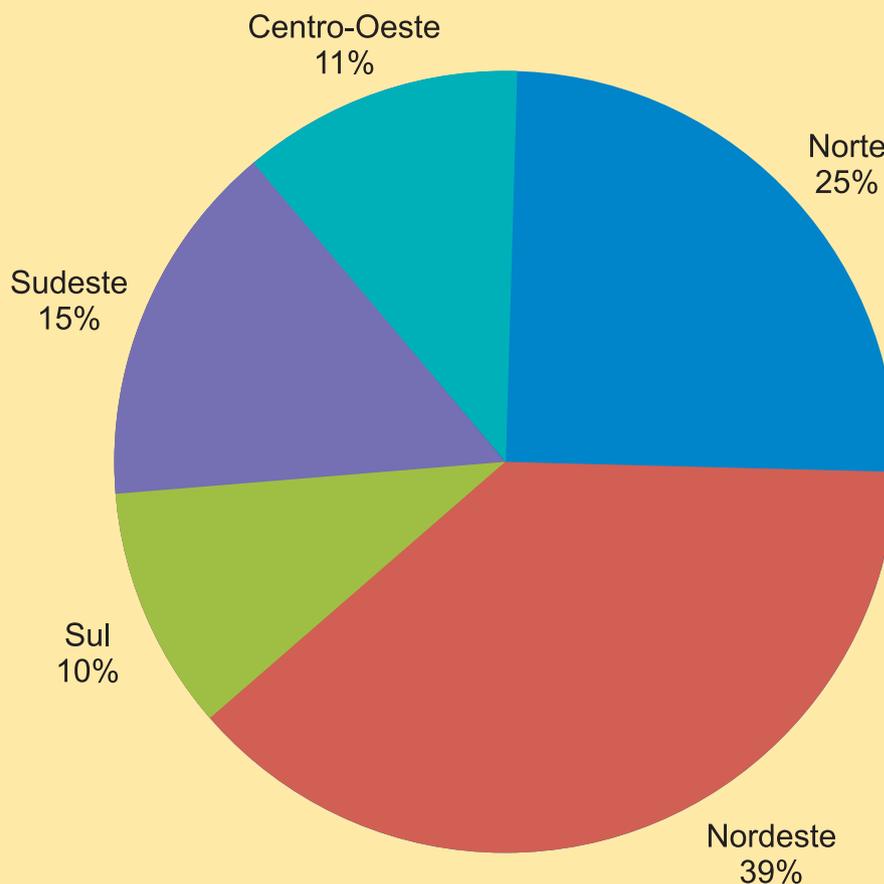
Distribuição percentual das chamadas de ATER, por grupos (2010)



7. Essas reflexões são referenciadas nas chamadas de 2010, pois em 2011, por conta de mudanças na estratégia do governo, em função do Programa Brasil Sem Miséria, menos de 10 chamadas foram publicadas. Ressalte-se ainda que as informações referem-se ao que foi publicado na página do MDA, por ocasião da publicação das chamadas. Portanto, não foram usados dados "oficiais".

- **Quanto à distribuição geográfica**, a região que teve mais chamadas direcionadas foi o Nordeste, com pouco mais de um terço do total (61, ou seja, 39%, embora tendo 50% dos estabelecimentos agropecuários familiares do país, de acordo com o censo 2006 do IBGE). Em seguida vieram as regiões Norte (39 chamadas), Sudeste (24), Centro-Oeste (17) e Sul (15).

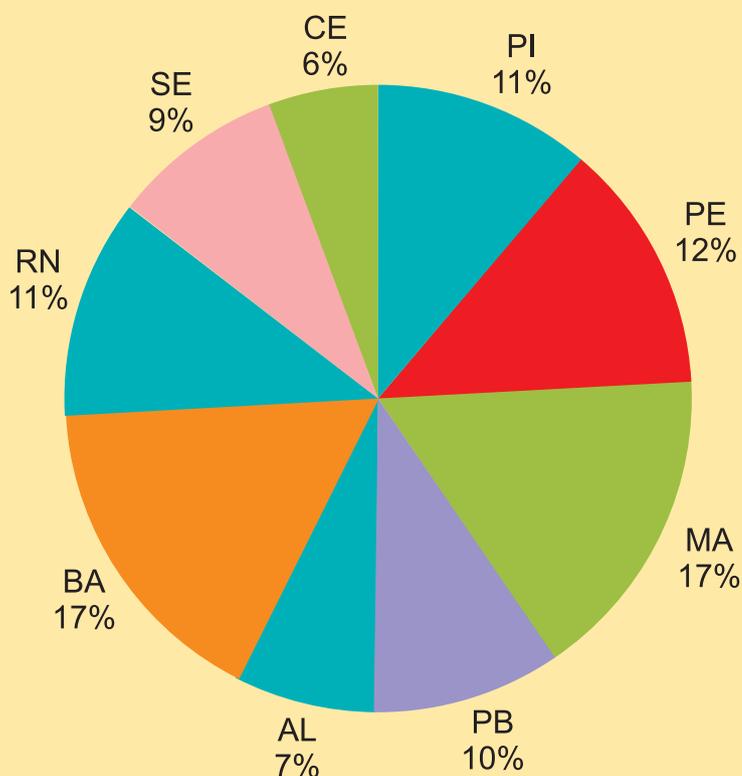
Distribuição percentual das chamadas de ATER, por região (2010)⁸



- **Quanto às chamadas dirigidas para o Nordeste:** Estas tiveram a seguinte distribuição: Bahia e Maranhão (15 chamadas cada um); Pernambuco (11); Piauí e Rio Grande do Norte (10 chamadas cada um); Paraíba (9); Sergipe (8); Alagoas (6); e Ceará (5 chamadas). Fazendo uma relação com os dados do último censo agropecuário (IBGE, 2006), curiosamente, o estado do Ceará que é o segundo no Nordeste em número de estabelecimentos familiares, com mais de 340 mil estabelecimentos (ficando atrás apenas da Bahia, que possui mais de 665 mil), ou com o menor número em todo o Nordeste (apenas 6%). Já os estados de Sergipe e Rio Grande do Norte, que estão na faixa abaixo de 100 mil estabelecimentos familiares (90 e 71 mil, respectivamente), tiveram mais chamadas que o Ceará. Nos níveis intermediários temos, por um lado, Pernambuco, Maranhão e Piauí (respectivamente, 275, 262 e 220 mil estabelecimentos familiares) e, por outro, Paraíba e Alagoas (148 e 111 mil estabelecimentos, respectivamente). Enfim, cabe questionar quais são os critérios que norteiam a publicação dessas chamadas.

8. Algumas chamadas são direcionadas a mais de um estado, podendo inclusive ser para mais de uma região. Assim, a soma geral extrapola os 100% das chamadas analisadas (148).

Distribuição das chamadas de ATER no Nordeste (2010)



- **Quanto ao objeto**, a análise das 148 chamadas revela uma diversidade de temas a serem trabalhados pelas organizações de extensão rural. O esforço de tentar agrupar essa diversidade permitiu encontrar 16 temas agregadores (ver tabela abaixo), os quais, de fato, representam quase totalmente as opções enviadas previamente pelo MDA. Ou seja, essa relativa coincidência pode ser percebida como indução, tendo em vista que cada território e/ou público a ser beneficiado poderia escolher o objeto, desde que fosse dentro da lista previamente encaminhada pelo Ministério.

Tema/objeto agregador das chamadas (2010)

Objeto agregador	Nº Chamadas no Brasil	Nº Chamadas no Nordeste
Transição para agroecologia	28	18
Convivência com o semiárido	17	14
Segurança alimentar e nutricional	91	44
Cadeias reprodutivas	60	32
Organização social	46	17
Organização econômica	16	05
Gestão	33	10
Recursos naturais	44	13
Diversificação	06	--
Comercialização	53	26
Ações de Planejamentos	04	02
Políticas Públicas	30	16
Atividades não-agrícolas	05	04
Empreendimentos / Agroindústrias	21	12
Educação sanitária	05	02
Juventude rural	02	01

Para os propósitos deste caderno, vale destacar dois objetos: “transição agroecológica” e “convivência com o semiárido”. Em primeiro lugar, apenas 28 chamadas no Brasil (sendo 18 concentradas no Nordeste) trazem como objeto a transição agroecológica; aliás, uma ação específica e não um princípio geral a todas as chamadas, como muitos queriam. Em nota divulgada pelo MDA, antes da publicação das primeiras chamadas nos territórios da cidadania, a transição agroecológica era definida como “ações de ATER que dialoguem com os princípios da agricultura de base ecológica, que promova a transição agroecológica de sistemas de produção convencionais, e promovam, ao nível da unidade familiar, estratégias de produção sustentáveis”. Quando da publicação da chamada número 54 (direcionada ao Território da Cidadania de Manaus e Entorno, na Amazônia, em outubro de 2010), essa definição sofreu uma reformulação, estabelecendo-se que “a ATER deve promover: a sensibilização dos agricultores à transição agroecológica; a diminuição da dependência de insumos externos; a adoção de sistemas de produção de base ecológica; o manejo ecológico do solo com uso de técnicas adequadas a cada agroecossistema; a diversificação de culturas com vista ao aumento da biodiversidade; o manejo racional das florestas; a valorização de sementes crioulas e raças autóctones ou adaptadas; o manejo e conservação de recursos hídricos; o destino adequado de dejetos e resíduos; o uso de energias alternativas; a adoção de tecnologias sociais e planejamento integrado da UPF, entre outros” (anexos da chamada 54).

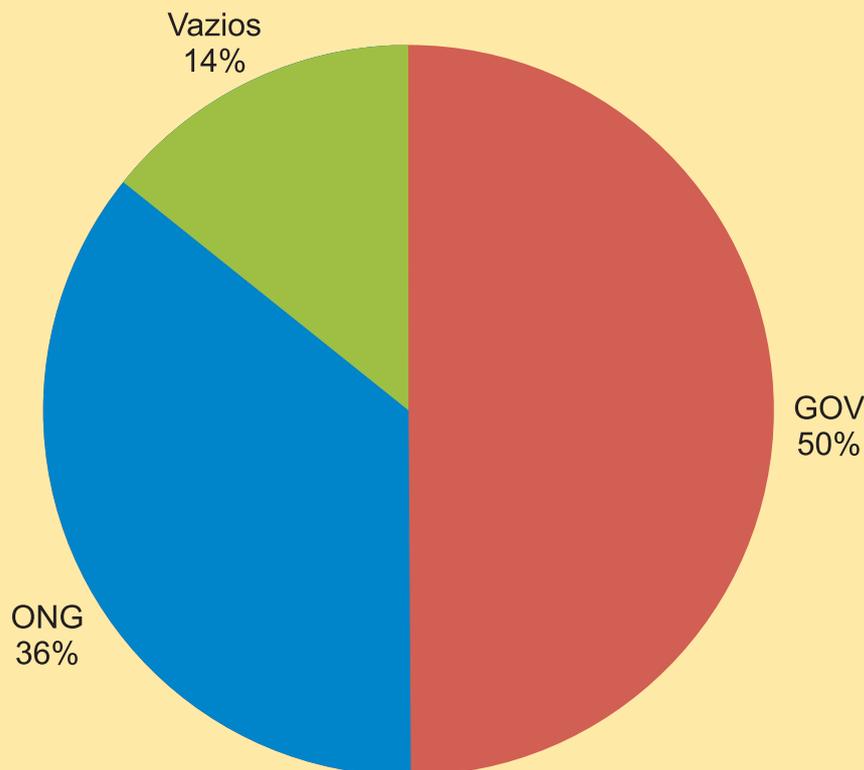
Em relação ao tema “convivência com o semiárido”, foram publicadas 17 chamadas (14 no Nordeste e 3 em Minas Gerais). A definição do significado de “convivência com o semiárido” também sofreu mudanças. Inicialmente, o objeto era denominado “convivência com a seca” e estava orientado no sentido de “elencar as ações de ATER que promovam a convivência com o semiárido, estratégias de uso, manejo e armazenagem dos recursos hídricos, capacitação de agricultores familiares, implantação de agroflorestas, manejo da caatinga e outras vegetações de ocorrência no semiárido, manejo de criações e melhorias do rebanho”. Na Chamada 49, a extensão rural deveria estabelecer “estratégias de convivência com adversidades climáticas; promover ações de manejo e armazenagem dos recursos hídricos para consumo humano e agropecuário; promoção de tecnologias de armazenamento de água; apoio à implantação de sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas; promover o manejo da caatinga e outras vegetações de ocorrência no semiárido; incentivar o uso de sementes e raças autóctones e/ou adaptadas; manejo de criações e melhorias de rebanho” (anexos da chamada 49).

Esses dois exemplos referentes ao objeto (tema) demonstram a pouca coerência e/ou maturidade conceitual em relação à concepção de desenvolvimento implicitamente colocada para as ações de ATER como política pública. Além disso, revelam pouquíssima preocupação com os processos educativos preconizados na Lei de ATER e nas ações de extensão rural concretamente.

As chamadas em Pernambuco

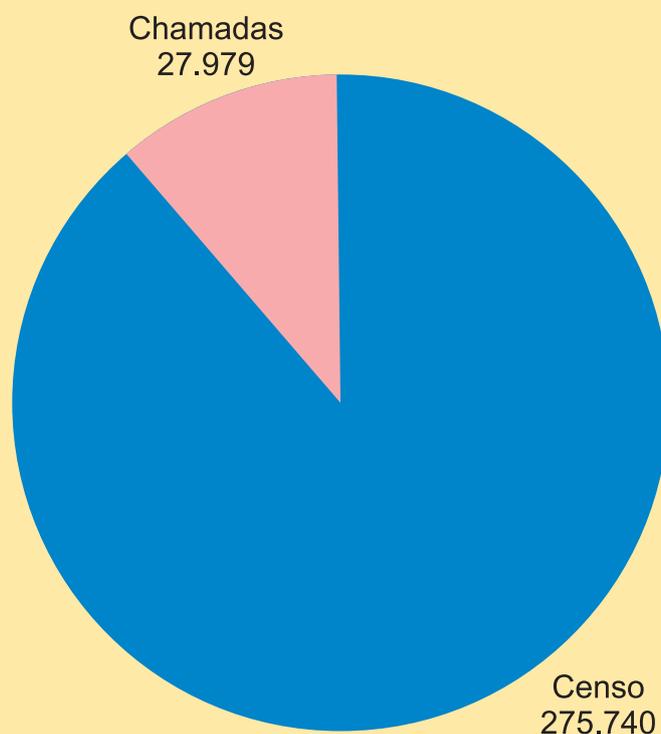
Ao estado de Pernambuco foram destinadas 11 chamadas, totalizando 22 lotes. Destes lotes, 11 foram ganhos pelo IPA, oito por organizações não governamentais e para os demais três lotes, não houve ganhadores.

Entidades de ATER ganhadoras das chamadas em Pernambuco (2010)



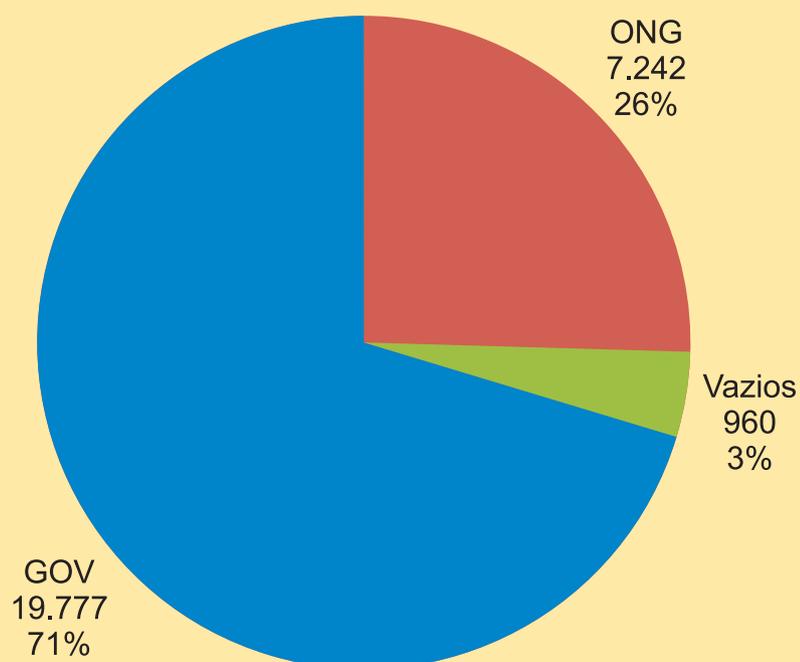
Em relação ao número de beneficiários, as 11 chamadas de Pernambuco previam como meta um público de quase 28 mil famílias. Considerando-se que no estado existem mais de 275 mil estabelecimentos agropecuários familiares, segundo o censo 2006 do IBGE, esse número de beneficiários de extensão rural correspondia apenas a 10,14% das famílias agricultoras existentes em Pernambuco. Como houve um grande esforço das entidades de ATER (governamentais e não governamentais) para fazer acontecer as chamadas, a pergunta que se faz é como a extensão rural irá chegar à grande maioria do público potencial que não foi contemplado por elas. Espera-se que, além das chamadas, as “entidades” tenham estratégias de ampliação de seu público beneficiário.

Público das chamadas em Pernambuco (2010)



Em relação ao público beneficiário das chamadas, a distribuição ficou concentrada com mais de 70% para as “entidades” governamentais. Já as organizações não governamentais, que ganharam mais de um terço das chamadas (isto é, 36%), ficaram apenas com pouco mais de um quarto do público previsto nas chamadas de Pernambuco, conforme pode ser visto abaixo.

Público das chamadas em Pernambuco (2010)



Enfim, não se pode negar os avanços vivenciados pela extensão rural no Brasil, a partir do movimento desencadeado desde o início de 2003, conforme visto. Não se pode negar, ainda, os esforços governamentais e dos órgãos responsáveis pela política de ATER no sentido de ir aperfeiçoando os mecanismos de gestão. Não se pode negar, também, os compromissos assumidos pelas organizações sociais (não governamentais, sindicais, cooperativas, etc.) na construção participativa e democrática da política pública de ATER.

Entretanto, são muitos os desafios que ainda precisam ser enfrentados. Desafios que vão desde as próprias chamadas, especificamente, permitindo ajustes para um melhor desenvolvimento do trabalho de extensão rural. Nesse sentido, na última parte desta cartilha, algumas propostas são sugeridas como forma de contribuir com o processo. Mas os desafios também se colocam em relação à política de ATER em termos amplos, especialmente por conta da realização da Primeira Conferência Nacional de ATER. Aí, talvez, seja um momento importante para se construir novos compromissos entre atores sociais e coletivos diversos, bem como de estabelecer inovações institucionais, verdadeiros processos de “experimentalismo institucional”.



5. Proposições





De modo geral, constata-se que o modelo convencional de ATER é focado nos aspectos produtivistas das atividades realizadas pelas famílias/comunidades. Nesta perspectiva, predominam ações que visam resultados imediatistas, nas quais o lucro aparece como a principal prioridade. Assim, tais práticas contribuem para a degradação ambiental e exclusão social, principalmente, de alguns grupos como jovens e mulheres, em detrimento da construção de um sentimento de pertencimento e uso sustentável dos recursos naturais e da agrobiodiversidade que culmina entre outras coisas com a melhoria da qualidade de vida.



Organizarem-se em rede, como a RAMA, é saída para as famílias agricultoras

Diante de tal constatação, seguem algumas proposições, elaboradas durante a Oficina sobre Metodologias de ATER.

- **As metodologias de trabalho de ATER devem contribuir com a mobilização, articulação e organização política das famílias agricultoras.** Tais processos devem se dá em duas perspectivas: uma interna, comunitária e, outra externa, em espaços públicos mais ampliados, para além de espaços comunitários. Na perspectiva interna destacam-se as ações relacionadas à organização/fortalecimento das associações, grupos (produtivos, de mulheres, jovens, idosos, dentre outros), mutirões e intercâmbios. Na perspectiva externa destacam-se as ações visando a qualificação para a participação em sindicatos, conselhos, partidos e similares.
- **As metodologias de trabalho de ATER devem estabelecer uma parceria com as escolas das comunidades/assentamentos.** Tal parceria visa fortalecer a escola como um espaço para a construção da transição agroecológica, no qual, por meio de uma educação ambiental contextualizada, temas como a questão ambiental e o agroecossistema local, possam ser trabalhados em diferentes atividades, como visitas às unidades familiares e intercâmbios, dentre outras, que potencializem aprendizados coletivos e valorização da realidade local.

- **As metodologias de ATER devem propiciar um “olhar” atento das equipes de trabalho para observar, identificar, disseminar e valorizar tecnologias adaptadas e/ou sociais.** Tais processos devem destacar o papel criativo e experimentador dos sujeitos locais, contribuindo para reduzir a introdução de tecnologias descontextualizadas, que podem impactar negativamente nos processos comunitários em curso.
- **As metodologias de ATER devem valorizar ações inovadoras, visando à permanência dos/as jovens no campo e a autonomia das mulheres.** Nesse sentido as experiências de crédito solidário podem ser citadas como exemplo de estratégias de superação de situações de exclusão para os grupos fragilizados economicamente.
- **As metodologias de ATER devem garantir trabalho específico com mulheres. Tal trabalho deve visar à desconstrução de relações machistas e patriarcais, estabelecidas historicamente entre homens e mulheres.** Tais relações têm submetido as mulheres aos mais diversos tipos de exclusão (social, econômica e do mundo do trabalho) e violência. Nesse trabalho específico deve-se considerar as especificidades de cada grupo/comunidade/assentamento. Outro aspecto a ser levado em conta é não ter como foco apenas os aspectos produtivos do agroecossistema, mas também ações que têm impacto na reprodução da família, possibilitando assim um maior engajamento das mulheres.
- **As metodologias de ATER devem propiciar formação continuada para entidades/organizações e equipes técnicas.** Tal formação deveria priorizar temas emergentes sobre a realidade da sociedade brasileira e do campo e as constantes mudanças nas relações sociais na atualidade. Deveria, também, focar a importância de um trabalho de ATER, para além da produção, na perspectiva do atendimento das demandas dos diversos atores do campo.
- **Por fim, não poderíamos deixar de colocar a necessidade da desobrigação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) enquanto documento necessário para que os/as agricultores/as tenham acesso aos serviços de ATER.** A DAP foi um documento criado com o objetivo de garantir que o crédito do PRONAF beneficiasse apenas os/as agricultores/as familiares, mas o fato de alguns/mas agricultores/as não o possuírem não pode se tornar um impedimento para que tenham o direito de acessar este serviço.

6. Bibliografia

BRASIL. MDA. (2007). **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília.

BRASIL. (2010a). **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Brasília.

BRASIL. (2010b). **Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010**. Brasília.

CAPORAL, Francisco Roberto. (2011). Lei de Ater: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 04, n. 01.

CAPORAL, Francisco.; R. COSTABEBER, José A. (2004). **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA.

DINIZ, Paulo Cesar; TAVARES DE LIMA, Jorge R.; ALMEIDA, Aniérica. (2011). Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões. **Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia**. Recife, 06-11/Set/2011.

GOHN, M. da G. (2008). **Educação não formal e cultura política**: impactos obre o associativismo do terceiro setor. 4. Ed. São Paulo: Cortez.

IBGE. (2010). **Censo Agropecuário 2006**. Brasília.

SOUZA, Joseilton Evangelista de; SILVA, Adeildo Fernades. (2008). **Agricultura Agroflorestal ou Agrofloresta**. 3ª Edição. Recife

TAVARES DE LIMA, Jorge R. (org). (2011). **Agroecologia e movimentos sociais**. Recife: Bagaço.

Esta é uma publicação do **Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá**. Rua do Sossego, 355, Santo Amaro - Recife/PE - CEP: 50050-080 - Fone/Fax: (81) 32237026 e (81) 3223.3323. sabia@centrosabia.org.br - www.centrosabia.org.br - **Diretoria: Presidente:** Edna Maria do Nascimento. **Vice-presidente:** Ivonete Lúcia Vieira. **Secretário:** Joseilton Evangelista. **Conselho Fiscal:** Joana Santos, Marcos Figueiredo e Rivaneide Almeida. **Coordenação: Coordenador Geral:** Alexandre Henrique Bezerra Pires. **Coordenação de Articulação Política:** Adeildo Fernandes da Silva. **Gerente Administrativo Financeiro:** Verônica Batista. **Equipe Técnica:** Ana Santos, Antônio Albuquerque Júnior, Antônio Bezerra, Caliandro da Silva, Carlos Magno Moraes, Celso Lima, Cláudio Almeida, Ênio Ricardo, Erasmo Cirino, Ewerton França, Gilberto Lima, Gleidson Amaral, Gleybson Roberto, Iêda Simão, Jefferson Oliveira, João Alberto, Josefa Santana, Maria Cristina Aureliano, Marvson Andrade, Naiara Medeiros, Nicléia Nogueira, Raimundo Daldemberg, Ronaldo Gomes, Rosana Paula da Silva, Victor Barbosa e Wellington Gouveia. **Equipe Administrativa:** Alexsandro Pereira, Darlilton Lima, Demetrius Falcão, Denize Barbosa, Edneide Alves, Jacinta Silva, Janaina Ferraz, Jullyana Lucena, Kaline Magalhães, Maria de Fátima Pereira, Paula Dantas, Pedro Eugênio e Vânia Luiza. **Projetos Especiais:** Ednaldo José Nascimento, José Góes e Lucimário Almeida. **Núcleo de Comunicação:** Catarina de Angola (DRT/PE -4477), Daniel Lamir e Laudence Oliveira (DRT/PE-2654).

Organizadora:

Maria Cristina Aureliano de Melo

Texto:

Jorge Roberto Tavares de Lima (Professor do Departamento de Educação, membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE), José Nunes da Silva (Professor do Departamento de Educação, membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE e pesquisador do CNPq), Maria Cristina Aureliano de Melo (Centro Sabiá, Engenheira Agrônoma pela UFRPE), Marli Gondim de Araújo (FASE-PE, Engenheira Agrônoma pela UFRPE e Mestre em Geografia pela UFPE) e Paulo César Diniz (Professor do Departamento de Educação, membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE e pesquisador do CNPq).

Oficina para Aprofundamento em Metodologias de Assessoria Técnica

Organizadoras:

Ana Santos da Cruz (Centro Sabiá) e Maria Cristina Aureliano de Melo (Centro Sabiá)

Colaboradores/as:

Ana Dubeux (Núcleo de Agroecologia e Campesinato NAC/UFRPE), Carlos da Luz (COOPAGEL, Edvânia de Souza (Casa da Mulher do Nordeste), Eder Leão (Núcleo de Economia Solidária/NECSO/UFPE), Giovane Xenofonte (CAATINGA), Jorge Roberto Tavares de Lima (Núcleo de Agroecologia e Campesinato NAC/UFRPE), José Nunes da Silva (Núcleo de Agroecologia e Campesinato NAC/UFRPE), Marli Gondim de Araújo (FASE/PE), Maria Virginia Aguiar (Núcleo de Agroecologia e Campesinato NAC/UFRPE) e Paulo César Diniz (Núcleo de Agroecologia e Campesinato NAC/UFRPE).

Estudo de Caso sobre o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)

Equipe de Pesquisa:

Marli Gondim de Araújo (FASE-PE, Engenheira Agrônoma pela UFRPE e Mestre em Geografia pela UFPE), Ana Santos da Cruz (Centro Sabiá, Técnica em Agropecuária pela EAFB), Lauande Correa Botelho (Centro Sabiá, Engenheiro Agrônomo e Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE).

Produção: Núcleo de Comunicação do Centro Sabiá

Edição: Laudence Oliveira (DRT/PE – 2654)

Fotografias: Acervos do Centro Sabiá, Casa da Mulher do Nordeste e Caatinga, Marli Gondim e Vlândia Lima.

Projeto Gráfico: Jorge Verdi

Tiragem: 1.000 (Hum mil) exemplares

Impressão Gráfica: Provisual Gráfica e Editora

Ano: 2012

O trabalho do Centro Sabiá também recebe o apoio das seguintes organizações:

Heifer, ICCO & Kerk in Actie, Misereor/KZN, Terre des hommes shweiz, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Habitat, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ProRural e Petrobras.

O Centro Sabiá faz parte das seguintes articulações:



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA



RedeATER/Nordeste - AS-PTA, APAEB, ASCOAB,
ASSOCENE, CAATINGA, CENTRO SABIÁ, CETRA,
DIACONIA, ESPLAR, MOC, PATAC, REPARTE E SASOP

Plataforma **SUR**

Realização



Parceria



Apoio



gtz



Ministério do
Meio Ambiente

